

PERMANÊNCIA E RUPTURA: TRAJETÓRIAS DE EVASÃO NA FORMAÇÃO TÉCNICA CONCOMITANTE COMO EXPRESSÃO DAS CONTRADIÇÕES ESTRUTURAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA BRASILEIRA

Elisângela Lopes de Faria¹; Marcina Amália Nunes Moreira²

E-mail: elisangelalopes@ufv.br; marcina.amalia@ufv.br

AT20: Educação profissional e tecnológica.

INTRODUÇÃO: A evasão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) representa um fenômeno complexo e multifatorial que encarna as contradições estruturais do sistema educacional brasileiro. Desde a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, observa-se a preocupação com a permanência de estudantes em programas de formação profissional, uma preocupação que se intensificou com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir de 2008. Apesar dos avanços normativos representados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e pela Lei nº 11.892 de 2008, que institucionalizou os Institutos Federais como protagonistas da democratização do acesso à EPT, a evasão escolar permanece como um dos principais desafios enfrentados pelas instituições que ofertam educação profissional. A literatura científica aponta que a evasão não deve ser compreendida como responsabilidade individual do estudante, mas como expressão das contradições estruturais do sistema educacional, onde a dualidade entre formação geral e profissional, a precarização das políticas de assistência estudantil e a desconexão entre currículos e realidades vividas convergem para ruptura nas trajetórias educacionais. Dados recentes da Plataforma Nilo Peçanha indicam que a evasão não se manifesta de forma homogênea na Rede Federal, variando significativamente conforme as modalidades de ensino: enquanto o Ensino Médio Integrado apresenta índices de evasão em torno de 8,26%, programas voltados à Educação de Jovens e Adultos, como o PROEJA, registram taxas de 46,79%, evidenciando que determinados grupos sociais enfrentam maiores obstáculos à permanência escolar. A Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal (CEDAF), vinculada à Universidade Federal de Viçosa, oferece seis cursos técnicos concomitantes que articulam formação geral e técnica, permitindo que estudantes conciliem a educação básica com a formação profissional. Dados preliminares indicam que a CEDAF apresenta uma taxa média de evasão significativamente superior à média nacional, configurando-se como um caso que merece investigação aprofundada para compreender as dinâmicas específicas desta instituição e contribuir para o desenvolvimento de estratégias efetivas de enfrentamento à evasão. **OBJETIVO:** Este trabalho analisa criticamente os índices, as causas e as implicações da evasão nos cursos técnicos concomitantes da CEDAF no período de 2013 a 2023, com o propósito de compreender as dinâmicas específicas desta instituição, identificar padrões temporais e variações associadas a fatores conjunturais, e contribuir para o desenvolvimento de estratégias efetivas e contextualizadas de enfrentamento à evasão que considerem as realidades socioeconômicas, institucionais e pedagógicas dos estudantes. **METODOLOGIA:** Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso descritivo e exploratório, com abordagem predominantemente quantitativa complementada por análise qualitativa dos dados. O estudo foi conduzido na Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal (CEDAF), instituição vinculada à Universidade Federal de Viçosa, localizada no

município de Florestal, Minas Gerais. O período de análise abrange 2013 a 2023, totalizando 11 anos de observação, permitindo análise temporal das tendências de evasão e identificação de padrões persistentes ou emergentes. Os dados foram obtidos do sistema SAPIENS (Sistema de Administração de Pessoal, Informações e Eventos) da UFV, que registra informações sobre ingressantes, abandonos, jubilações e desligamentos em todos os cursos técnicos da CEDAF. A pesquisa abrange os seis cursos técnicos concomitantes oferecidos pela CEDAF: Agropecuária, Alimentos, Eletrônica, Eletrotécnica, Hospedagem e Informática, representando diferentes áreas do conhecimento e diferentes demandas do mercado de trabalho. As variáveis analisadas incluem: número de ingressantes por ano e por curso, número de abandonos (desistências voluntárias), número de jubilações (desligamentos por excesso de faltas), número de desligamentos formais, taxa de evasão calculada como $(\text{abandono} + \text{jubilamento} + \text{desligamento}) / \text{ingressantes} \times 100$, e proporção de abandono versus desligamento. Os dados foram analisados utilizando Manus Inteligência Artificial, processando estatística descritiva (média, mediana, desvio padrão, mínimo, máximo), elaborando-se tabelas comparativas, gráficos de evolução temporal, box plots para análise de distribuição e mapas de calor para visualização integrada de padrões. Os dados da CEDAF foram comparados com dados nacionais da Plataforma Nilo Peçanha (2024), permitindo contextualizar a situação da instituição em relação à Rede Federal e identificar fatores específicos associados à evasão institucional. A análise foi fundamentada nas contribuições de teóricos brasileiros especializados em educação profissional (Frigotto, Saviani, Kuenzer, Ramos, Ciavatta) e em periódicos científicos de alto impacto (Qualis A1 e A2). RESULTADOS: A análise dos dados de evasão da CEDAF revela um quadro complexo e multifatorial. A taxa média de evasão de 62,15%, embora significativamente superior à média nacional de Ensino Médio Integrado (8,26%), apresenta uma tendência de redução ao longo do tempo, sugerindo que ações institucionais estão tendo efeito positivo. Os dados consolidados de evasão por curso técnico no período de 2013 a 2023 revelam disparidades significativas entre os cursos. Os cursos de Eletrotécnica (77,39%) e eletrônica (76,36%) apresentam as maiores taxas de evasão, enquanto Alimentos (51,13%) e Informática (54,95%) apresentam as menores. Observa-se que o abandono (1.428 casos) é significativamente mais frequente que o jubilação (362 casos), na proporção de aproximadamente 4:1, indicando que a maioria dos casos de evasão resulta de decisões voluntárias dos estudantes. A análise temporal revela uma redução gradual da taxa de evasão ao longo dos 11 anos estudados, de 70,77% (2013-2015) para 61,05% (2016-2019) e finalmente para 58,78% (2020-2023), sugerindo que ações institucionais podem estar contribuindo para a melhoria da permanência estudantil. Notavelmente, o período de 2020-2023, que inclui a pandemia COVID-19, apresentou a menor taxa de evasão, sugerindo que medidas de assistência e flexibilização implementadas durante este período podem ter sido efetivas. A análise por curso técnico revela que o curso de Hospedagem apresenta a maior variabilidade (desvio padrão de 17,95%), sugerindo instabilidade nas taxas de evasão ao longo do tempo, enquanto os cursos de Eletrônica e Eletrotécnica apresentam medianas altas e menor variabilidade relativa, sugerindo desafios estruturais e persistentes de permanência. O curso de Alimentos apresenta a menor taxa média e desvio padrão moderado, indicando situação mais estável. A análise gráfica revela padrões distintos para cada curso: o curso de Agropecuária apresenta trajetória relativamente estável com oscilações entre 48,98% e 68,85%; os cursos de Eletrônica e Eletrotécnica apresentam maior volatilidade com picos de evasão em 2014 e 2021; o curso de Hospedagem apresenta redução significativa a partir de 2019, passando de 88,24% em 2015 para 38,46% em 2023, sugerindo que

ações específicas implementadas neste período foram efetivas. A composição de evasão revela que o abandono representa aproximadamente 65% das evasões totais, indicando que a maioria dos casos de evasão resulta de decisões voluntárias dos estudantes, não de ações institucionais. O curso de Hospedagem apresenta padrão particularmente interessante: enquanto em 2015 apresentava alta taxa de evasão com predominância de abandono, em 2019 apresentava redução significativa, sugerindo que ações específicas implementadas neste período foram efetivas em reduzir particularmente o abandono voluntário. CONCLUSÃO: A análise crítica dos dados de evasão dos cursos técnicos concomitantes da CEDAF (2013-2023) revela um quadro que, embora desafiador, apresenta sinais encorajadores de melhoria. A taxa média de evasão de 62,15%, embora significativamente superior à média nacional de EMI (8,26%), não deve ser interpretada como fracasso institucional, mas como expressão das contradições estruturais da educação profissional brasileira, onde estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica precisam conciliar duas formações distintas simultaneamente. As variações entre cursos (de 51,13% em Alimentos a 77,39% em Eletrotécnica) indicam que fatores específicos de cada área exercem influência importante, sugerindo que intervenções devem ser contextualizadas e diferenciadas. A análise temporal revela que o período inicial (2013-2015) apresentou a maior evasão, enquanto o período recente (2020-2023) apresentou a menor, apesar dos desafios impostos pela pandemia COVID-19, sugerindo que políticas de assistência estudantil, acolhimento e flexibilização pedagógica implementadas durante a pandemia tiveram efeitos positivos. A predominância de abandono voluntário (aproximadamente 65% das evasões) evidencia que a maioria dos casos de evasão resulta de decisões voluntárias dos estudantes, não de ações institucionais, sugerindo que fatores socioeconômicos, pedagógicos e individuais são determinantes importantes. A evasão na CEDAF deve ser compreendida como resultado da intersecção entre fatores socioeconômicos (necessidade de trabalho: 47,1%), institucionais (assistência estudantil, metodologias pedagógicas) e individuais (autoestima, saúde mental, escolha profissional), conforme apontam os teóricos brasileiros sobre educação profissional. A implementação de políticas de assistência estudantil em conformidade com a Lei 14.914/2024, acolhimento, inovação pedagógica e monitoramento contínuo é essencial para a melhoria da permanência e do êxito estudantil. Recomenda-se intensificar políticas de acolhimento e tutoria, particularmente nos cursos de Eletrônica e Eletrotécnica; fortalecer a assistência estudantil priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica; implementar ações de nivelamento em disciplinas fundamentais; promover inovação pedagógica incluindo metodologias ativas e aprendizado baseado em projetos; realizar pesquisas qualitativas para identificar causas específicas de evasão; fortalecer a relação entre CEDAF e escolas de ensino médio; implementar sistemas de monitoramento contínuo com indicadores específicos; promover ações de sensibilização sobre a importância da educação profissional; e investigar as causas da redução significativa de evasão no curso de Hospedagem a partir de 2019, para identificar práticas bem-sucedidas que possam ser replicadas. Por fim, destaca-se a importância de continuidade nas ações de enfrentamento à evasão, bem como de pesquisas qualitativas que permitam compreender melhor as causas específicas e as perspectivas dos estudantes. A educação profissional é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do país, e a redução da evasão é um passo importante para ampliar o acesso e a permanência de estudantes nesta modalidade educacional, contribuindo para maior equidade e inclusão social.

Palavras-chave: Evasão escolar; Educação Profissional e Tecnológica; Permanência estudantil; Vulnerabilidade socioeconômica; Políticas educacionais.

Agradecimentos ao Programa de Pós-graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional Tecnológica da Universidade Federal de Viçosa pela oportunidade de realizar este estudo.

Referências

1. BRASIL. Lei nº 14.914, de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil. Diário Oficial da União, Brasília, 2024.
2. FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 617-638, 2010.
3. KUENZER, A. Z. Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 2010.
4. PACHECO, E.; TETE, M.; MONSUETO, S. E. Evasão na Educação Profissional: análise de dados da Rede Federal. Avaliação da Educação Superior, v. 29, n. 1, p. 1-28, 2024.
5. SOUZA, A. M.; CARDOSO, J. L.; CARDOSO, M. C. Permanência e êxito na Educação Profissional e Tecnológica: revisão sistemática. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 50, n. 1, p. 1-25, 2025.
6. MORAES, R. F. Políticas de assistência estudantil e permanência na EPT: impactos da pandemia COVID-19. Revista Brasileira de Educação, v. 28, p. 1-22, 2023.